

# O PESO DAS MEDIDAS: A ADOÇÃO DO SISTEMA MÉTRICO DECIMAL FRANCÊS E OS QUEBRA-QUILOS NO RIO GRANDE DO NORTE (1870-1880)

João Fernando Barreto de Brito<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

De acordo com o historiador Luís da Câmara Cascudo, na passagem do ano de 1874 para 1875, na província do Rio Grande do Norte, aconteceram “motins de protesto contra a adoção do sistema métrico decimal” (CASCUDO, 1955, p. 182). Segundo o autor, isto teria ocorrido em virtude da lei de nº 1.157 de 26 de junho de 1862, a qual passara efetivamente a valer a partir do dia 1 de julho de 1873, conforme previa o artigo 2º do §1º que “O systema metrico substituirá gradualmente o actual systema de pesos e medidas em todo o Imperio, de modo que em dez annos cesse inteiramente o uso legal dos antigos pesos e medidas”<sup>2</sup>.

O movimento Quebra-quilos foi sentido em várias partes da Império, como na Corte e em Minas Gerais. No entanto, o barulho dos gritos contrários a adoção do sistema francês ecoava mais fortemente nas províncias do Norte<sup>3</sup>, repercutindo na Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Nesta última, por sua vez, segundo o historiador Rosenilson da Silva Santos (2014), instaurou-se inclusive um processo crime contra a ação de grupos sediciosos que atuaram na cidade do Príncipe (atual cidade de Caicó). Só no RN eclodiram revoltas em mais de dez localidades (vilas, cidades ou povoações). Na referida província, os alvos preferidos dos revoltosos eram as casas comerciais, aonde procuravam inutilizar balanças e instrumentos de medição, as coletorias de impostos e os arquivos das câmaras municipais, com a finalidade de destruir os documentos referentes a cobranças, dados cartoriais civis e criminais, respectivamente, afrontando as autoridades locais. (SANTOS, 2014, p. 7)

\*\*\*

Considerando o que fora exposto, o objetivo desta pesquisa é desenvolver um estudo do movimento Quebra-quilos alinhado à perspectiva da história social do trabalho, reconhecendo os homens pobres livres sujeitos ativos na construção da sociedade, mesmo que suas ações não indicassem o desejo de subverter a ordem social instituída. Assim, analisar-se-á não apenas a vila do Príncipe, assim como as demais localidades em que se deram o conflito, como Goianinha, Várzea, São José, Canguaretama, Jardim do Seridó, Acari, Mossoró, Patú, Barriguda, Poço Limpo, Sant’Anna do Mattos, Flores e Currais Novos.

Para tanto, pretendemos averiguar os movimentos sediciosos nas citadas localidades, identificando os seus sujeitos históricos (mulheres, escravos, libertos entre outros), compreendendo suas inquietações, desvendando os significados conferidos às revoltas nas referidas vilas, cidades e povoações. Neste sentido, faz-se imprescindível problematizar tais

<sup>1</sup> Licenciado e mestre pela UFRN. Atualmente doutorando pelo PPGHIS/UFRJ e membro do LEHS-UFRJ (Laboratório de Experimentação e História Social).

<sup>2</sup> Lei de nº 1.157 de 26 de junho de 1862. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-1157-26-junho-1862-555244-publicacaooriginal-74401-pl.html>>, acessado em 01 de setembro de 2015.

<sup>3</sup> A utilização da palavra “Nordeste” antes de 1920 é incomum, uma vez que ela só passa a ser pensada como região a partir do problema das longas estiagens no final do século XIX e começo XX, quando é registrada pelos documentos das comissões formadas para combater a seca, – fenômeno, problema e discurso – que irá ser conduzido principalmente pela elite pernambucana e que acabará culminando na construção do vocábulo “Nordeste” entre 1920-1930. Assim, o termo “Norte” foi amplamente utilizado ainda durante todo o século XIX, e compreendia desde a província do Amazonas até a da Bahia. Trabalhos como **Norte Agrário e Império (1871-1889)** (1984) de Evaldo Cabral de Mello e o de Durval Muniz **A invenção do nordeste e outras artes** (1999), vão contribuir para que os historiadores evitem utilizar o termo “nordeste” de forma anacrônica. Ver também Peter Eisenberg em **Modernização sem mudança** (1977) e Neroaldo Pontes na obra **Modernismo e regionalismo** (1984) e o clássico livro de Gilberto Freyre **O Nordeste** (1946).

ações considerando as pretensões do Estado Imperial inseridas no contexto das inovações e expansão das relações capitalistas pelo mundo, o que implicava diretamente na organização das relações no mundo do trabalho, marcado pelo debate acerca da regulação do trabalhador pobre “livre” na segunda metade do século XIX.

É importante ressaltar que a pesquisa que se inicia agora é um desdobramento dos estudos desenvolvidos durante a construção de minha dissertação, a qual esteve comprometida com a discussão das relações de trabalho no Rio Grande do Norte e, que hoje faz parte do projeto submetido a seleção de doutorado da UFRJ. Sabendo disso, cabe destacar que este artigo limita-se à discutir apenas historiograficamente a produção existente sobre o quebra-quilos.

Ademais, a presente pesquisa justifica-se por analisar as revoltas sociais encampadas pelos Quebra-quilos a partir da perspectiva da histórica social do trabalho, mas também por problematizar as ações dos revoltosos na província norte rio-grandense, não apenas na cidade do Príncipe (atual cidade de Caicó), como em todas as outras 13 localidades em que os conflitos explodiram, o que representa um esforço acadêmico inédito.

Além disso, acreditamos na importância que este trabalho assume para a história do Rio Grande do Norte – o que não quer dizer que se trate de uma história local –, pois se propõe a contribuir com o debate sobre as relações de trabalho no Império, de modo verificar e analisar as tentativas de coação e coerção do trabalhador pobre livre ou liberto ao trabalho pelos governantes provinciais e locais. Desta maneira, torna-se salutar compreender as racionalizações da economia instituída pelo Estado e que merecem ser investigadas com todas as suas peculiaridades, particularmente na província norte rio-grandense, uma província marcada pelo comércio interno ligado à atividade pecuarista e de gêneros de primeira necessidade, assim como pelo crescente desenvolvimento da economia canavieira entre as décadas de 1850-1880.

Entendemos que no RN o movimento Quebra-quilos tenha mais especificidades além da recusa da população ao novo sistema métrico de pesos e medidas instituído pelo Governo Imperial. Neste sentido, investigar-se-á o recrutamento militar obrigatório que afetava os moradores mais pobres da província nos anos de 1874-18745, o aumento demasiado dos impostos municipais e provinciais, como também as dificuldades dos governantes locais em conter as ações da população nas diferentes vilas e povoações norte rio-grandenses, trazendo à tona os problemas de uma província de poucos recursos financeiros e com uma força pública reduzida, como se pode notar no episódio que ficou conhecido como “Guerra das mulheres”<sup>4</sup>. Tais elementos foram identificados nas comunicações e ofícios trocados entre o presidente de província do RN e os ministérios do Império (Agricultura, Império, Justiça e Interior), documentação que já fora reunida e averiguada, em parte, por nós.

A viabilidade deste estudo se deve a multiplicidade de fontes existentes acerca do movimento Quebra-quilos. Embora a maior parte delas seja de natureza oficial, entendemos ser possível, por meio do cruzamento de informações, obter importantes informações a respeito do Quebra-quilos no Rio Grande do Norte, inclusive investigar, ainda que

---

<sup>4</sup> A revolta conhecida como “Guerra das mulheres” (1875-1876), denominada assim por Hamilton Monteiro em **Nordeste insurgente** (1993), teve sua motivação ligada à aplicação da lei nº 2556, que visava recrutar obrigatoriamente homens livres e válidos, solteiros e casados, entre 19 e 30 anos, mas foi interpretada como uma nova lei de escravidão. Em represália, várias mulheres foram até as juntas paroquiais e rasgaram os editais de convocação, livros e exemplares das leis, ocorrendo agressões entre os manifestantes e a força policial, como no caso da cidade de Mossoró. A designação “Guerra das mulheres” foi utilizada pela primeira vez pelo próprio Hamilton Monteiro. No entanto, outro nome foi dado a este episódio, que ficou conhecido por “Motim das Mulheres”, expressão criada pelo mossoroense Vingt-Un Rosado, em seu trabalho **O motim das mulheres - um episódio do Quebra-Quilos** (1981). (MONTEIRO, 1993, p.73-76)

indiretamente, as falas dos envolvidos.<sup>5</sup> Por isso, é relevante estarmos atentos às dificuldades impostas pelas condições históricas e pelo tempo, todavia atento aos perigos para não naturalizar os pressupostos e imagens elaborados por tais governantes.<sup>6</sup>

Nossa pretensão é averiguar os processos crimes que correram contra os sediciosos do Quebra-quilos no Rio Grande do Norte, que abarcaram as 14 localidades citadas anteriormente, sendo que uma delas já se encontra digitalizada e transcrita<sup>7</sup>, que é o caso da vila do Príncipe. Partes de outros processos – das outras 13 vilas e povoações do RN em que houve o Quebra-quilos – podem ser encontradas no Arquivo Nacional, no códice de nº 603, denominado “Quebra-quilos”, já mencionado por alguns autores como Maria Verônica Secreto e Armando Souto Maior, porém ainda carecem de estudos mais aprofundados sobre o Rio Grande do Norte. Assim, é importante dizer que estas fontes nos possibilita o acesso às correspondências entre as autoridades locais, provinciais, ministeriais, bem como os testemunhos indiretos dos homens e mulheres que participaram do Quebra-quilos.

Muitos são os periódicos que acompanharam as revoltas dos Quebra-quilos, alguns dos quais já se encontram digitalizados no site da Hemeroteca Digital, entre eles: Diário do Rio de Janeiro (1874), Jornal do Pará (1874), Jornal do Recife (1874), O Cearense (1874-1875), Diário de São Paulo (1874), O Globo (1874), Pedro II (1874), A Nação (1875), A Província (1875), Correio da Bahia (1878), Correio do Assu (1875), Diário do Maranhão (1875), O Conservador (1875), O Despertador (1875).

Nos relatórios ministeriais do Ministério da Agricultura (1874-1876), do Ministério da Justiça (1874-1875), nos relatórios de presidente de província do Rio Grande do Norte de 1873-1876 e na Coleção de leis provinciais do Rio Grande do Norte (1860-1880) há registros e preciosas informações em relação às medidas tomadas pelo Estado no que tange a aplicabilidade do sistema métrico decimal francês nas províncias do Norte, bem como as dificuldades encontradas pelo governo em fazer este novo modelo vigorar entre a população.

Para além das fontes que foram apresentadas, existe um grande corpo documental referente ao Quebra-quilos no Arquivo Nacional-RJ, e não estamos nos referindo apenas ao códice nº 603. No entanto, acabamos por descobrir nas coleções/fundos do Arquivo Nacional, da “série Interior”, “série Justiça”, “série Império” e “série Agricultura”, informações imprescindíveis sobre os movimentos de contestação ao recrutamento, a implantação do sistema métrico decimal e ao aumento dos impostos no RN em 1874-1875.

---

<sup>5</sup> Sabendo disso, devemos estar atentos aos ensinamentos do historiador italiano Carlo Ginzburg, em **O queijo e os vermes** (1986), obra que se tornou o clássico da micro-história, que dizia que os historiadores precisavam – e continuam precisando – se servirem das fontes escritas, que segundo ele, “são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outro menos, abertamente ligados à cultura dominante”, ou seja, que não estão livres de filtros, mas isso não significa dizer que devem ser desprezadas ou possuem menor valor que as fontes oficiais. (GINZBURG, 1986, p. 13) Assim, concluía Carlo Ginzburg que “o fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. [...] Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (GINZBURG, 1986, p. 16).

<sup>6</sup> Peter Burke, em sua obra **A Revolução Francesa da Historiografia** (1991), alertava que a fala de Le Roy Ladurie acerca dos depoimentos dos aldeões de Montaignou era problemática. Isto porque Ladurie acreditava que o testemunho dos camponeses era direto, sem intermediário. Por outro lado, Burke afirmava “que nada disso ocorria. Os aldeões depunham em occitanês e seus testemunhos eram escritos em latim. Não era uma conversa espontânea sobre si mesmos, mas respostas a questões sob a ameaça de torturas”. Segundo Burke, o esforço do historiador, neste tipo de situação em que os documentos têm valor de testemunhos indiretos, deve-se realizar no sentido de ler “nas entrelinhas fazendo-os revelar o que nem mesmo os aldeões sabiam que sabiam”, como no caso de Montaignou. É fato que o historiador deve aceitar a impossibilidade de voltar ao tempo, uma vez que não é possível este conversar com camponeses da baixa Idade Média, ou entrevistar romanos e atenienses, por exemplo. (BURKE, 1991, p. 68)

<sup>7</sup> LABORDOC/Fundo da Comarca de Caicó/1º Cartório Judiciário/Diversos/Caixa n. 7. Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo), 1875 (Cota antiga).

## DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

A historiografia brasileira mostra que a segunda metade do século XIX foi um período caracterizado por intensos conflitos sociais, que atingiram tanto as províncias do Norte como do Sul do Império. Com o apoio dos grandes proprietários de terras e de escravos, uma série de medidas legais foi adotada pelos governos central, provinciais e municipais, tais como o aumento e a criação de impostos, o recrutamento militar obrigatório, a instituição dos censos para registros civis de nascimento e óbito, a unificação do sistema métrico de pesos e medidas, mas também de cotas de trabalho que gerou um grande descontentamento entre os populares. Como resposta, em várias províncias do Norte, nas áreas rurais e urbanas, surgiram movimentos de contestação que exprimiam a insatisfação da população quanto às referidas medidas, uma vez que se gerou a suspeita que estas pusessem em questão os direitos conquistados e a preservação da liberdade, bem como dificultasse o acesso à alimentação do povo.<sup>8</sup>

As mudanças preteridas pelo Governo Imperial cuja finalidade era a de racionalizar o comércio e coagir o homem pobre livre ao trabalho, repercutiu pessimamente entre o povo, o que nos permite dizer que as populações ficaram atentas às mudanças promovidas pelo governo<sup>9</sup>, particularmente as que intencionavam modificar os *costumes* daquela população. Para além das tensões provocadas pela seca e pelo difícil acesso a terra, o que revela a luta diária da população pela sobrevivência, outros fatores contribuíram de maneira decisiva para a insubordinação deste trabalhador: o medo de perder formalmente o direito da liberdade (ser escravizado) ou de serem tratados como escravos por seus patrões.<sup>10</sup> Nesta perspectiva, é

---

<sup>8</sup> Sobre a narrativa de outras manifestações como “Ronco da Abelha” (1851-1852), “Pano do Teatro São João” (1854), “Carne sem osso, farinha sem caroço” (1858), a “Revolta de 1878” e a “Revolta do Vintém” (1879-1880), que tiveram como palco Salvador e várias outras cidades, como Recife, Natal, Mossoró, Fortaleza, Macau, Mucuripe, São Luís entre outras, ver Hamilton de Mattos Monteiro, **Nordeste insurgente, 1850-1890** (1993).

<sup>9</sup> A consolidação do capitalismo é um elemento importante a ser considerado. Segundo Edward P. Thompson, em **Costumes em comum** (1998), as “racionalizações e inovações da economia” (que em nosso caso podem ser representadas pela padronização do sistema de pesos e medidas, pelo controle das terras pelo governo, pela incorporação da disciplina de trabalho, pela consolidação do censo de 1872, assim como pela instituição de um mercado de alimentos autorregulado), tem um sentido claro. O que percebemos são propostas encaminhadas pelos membros do governo central e provincial –, que não devem ser entendidas como processos tecnológicos ou socialmente neutros, já que visavam o estabelecimento de uma nova ordem econômica instituindo novas políticas de dominação. (THOMPSON, 1998, p. 19) No entanto, a imposição de uma nova ordem por este Estado Moderno em formação não seria uma tarefa fácil. O governo central passava a incumbir as autoridades provinciais de levar aos potentados locais “os ritos modernos de uma administração estatal”, mas isso não significa que eles seriam aceitos passivamente. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 205)

<sup>10</sup> Há um grande número de textos basilares que tratam especificamente da luta e resistência dos homens pobres livres em torno da liberdade, entre os quais podemos perceber que a manutenção da liberdade, assim como da autonomia não era uma tarefa fácil, uma vez que devemos levar em consideração os esforços dos governantes em coagir os trabalhadores livres ao trabalho, o que podemos verificar em diferentes lugares do Império, dentre eles destacamos: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009; CHALHOUN, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da Cidadania dos Brasileiros**. 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 1995; KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987; LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas da escravidão ao trabalho livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP -, 1986; MACÊDO, Muirakytan Kennedy. **A Penúltima Versão do Seridó** - uma história do regionalismo seridoense. 2. ed. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. MAIA, Clarisse Nunes. **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2001; MOURA, Denise A. de Soares. **Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998; NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro:

importante analisarmos o que a bibliografia sobre o Quebra-quilos tem a dizer acerca dos movimentos ocorridos nas províncias do Norte.

Um dos primeiros a escrever sobre o Quebra-quilos foi o engenheiro e jornalista Augusto Millet, que reuniu em um livro, chamado **Os Quebra-kilos e a crise da lavoura** (1876), várias publicações que estamparam as páginas do Jornal do Recife ao longo dos anos de 1875 e 1876. Conforme Millet, a crise vivenciada pelas economias do açúcar e do algodão, e o desabastecimento do comércio interno de alimentos, teria sido a causa primordial para a instauração do conflito. Secundariamente, foram apontados outros fatores de ordem econômica, como os pesados impostos e as políticas do Estado quanto à população agrícola, o que, por conseguinte, fazia desaparecer as peculiaridades das revoltas populares em cada uma das províncias, vilas e cidades em que os “Quebra-quilos” atuaram. (MILLET, 1876, p. 32)

Confirmando as fontes oficiais da época, bem como as ratificando, o historiador Armando Souto Maior, autor do livro intitulado **Quebra-quilos** (1978), definiu em seus estudos o Quebra-quilos historicamente e sociologicamente como sendo “uma forma primitiva ou arcaica de agitação social”. Esta hierarquização demonstra que o referido autor acreditava na incapacidade de uma ação popular articulada politicamente, classificando os envolvidos nas revoltas como “sediciosos” – expressão muito utilizada pelo autor –, como “a turba”, que segundo ele perdiam-se “muitas vezes no anonimato dos analfabetos”, sendo “aqueles tipos humanos que Hobsbawm classificou de pré-políticos [...]” (SOUTO MAIOR, 1978, p. 1)

O autor, além de atribuir a ignorância à população envolvida nos movimentos de contestação, comparava-a a “delinquentes jurídicos” e “criminosos”, sendo equiparada àqueles envolvidos com o banditismo social, atestando o mesmo preconceito disseminado pelas fontes oficiais de 1874-1875. (SOUTO MAIOR, 1978, p. 2)

Armando Souto Maior dedicou em seu livro um capítulo para tratar do Rio Grande do Norte, oportunidade em que narrou parte das comunicações oficiais do presidente de província do Rio Grande do Norte solicitando ao ministro da Guerra em 1º de dezembro de 1874 a convocação da Guarda Nacional<sup>11</sup> a fim de impedirem movimentações contrárias ao governo de 300 homens e mulheres em Goianinha e 400 pessoas nas comarcas de São José e Canguaretama, dispersados facilmente, como afirma Souto Maior. Confirma-se, aliás, a vitória dos capitães, alferes e membros da elite local sobre a população “ignorante”, mas, por outro lado, Armando Souto Maior enalteceria o movimento chamado de “motim das mulheres” que invadiu as igrejas da cidade de Mossoró, destruindo-se livros e anotações, que segundo ele, teria sido liderado por “Ana Floriano, a primeira a arrancar editais e despedaçar listas”. (SOUTO MAIOR, p. 1978, p.176-180)

Seguindo a mesma perspectiva, **Nordeste Insurgente** (1993), o trabalho de Hamilton Monteiro, muito embora publicado quinze anos depois, conservou a ideia de que a população, que também assume as designações de “turba”, “baixa condição”, “proletários”, “matutos” e “população ignorante”, não teria capacidade de realizar uma ação autônoma. Segundo Monteiro, a turba só agiria “quando os senhores de engenho cruzam os braços e deixam a ‘turba’ livre para agir”, como uma espécie de consentimento, anulando qualquer indício de participação da população no fazer histórico. (MONTEIRO, 1993, p. 53-57)

---

Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho:** trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro. Sergipe 1850-19430. Aracaju: Funcaju, 2000; REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, n. 135. FFLCH – USP, 1996: 136-160; e RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>11</sup> Códice 603, n.5, ms 16. Arquivo Nacional.

Poucos são os trabalhos que se propuseram a analisar de maneira profícua os movimentos contestatórios da população em relação ao sistema métrico francês na província do Rio Grande do Norte.

Augusto Tavares de Lyra, autor de **História do Rio Grande do Norte** (1998), escrita originalmente em 1921, é um dos primeiros historiadores do Rio Grande do Norte, também comprometido, assim como os outros autores, com uma história oficializada, “vista de cima para baixo”. Tavares de Lyra se destaca dos demais, pois não mencionou sequer a existência das revoltas do Quebra-quilos no Rio Grande do Norte, diferente dos historiadores já citados que se reservaram a narrar os fatos ou minorar a importância dos populares quanto sujeitos que constroem a história, preferiu o silêncio.<sup>12</sup>

Rocha Pombo, por sua vez, em sua obra de 495 páginas, intitulada **História do Estado do Rio Grande do Norte** (1922), descrevera ligeiramente “alguns movimentos sediciosos” provocados em virtude, segundo ele, da execução da nova lei de recrutamento, em que se deram “desordens muito serias”, classificadas como “momentos de verdadeira demência”. (POMBO, 1922, p. 351) Luís da Câmara Cascudo, em seu livro **História do Rio Grande do Norte** (1955), dedica apenas um parágrafo para dissertar sobre o movimento Quebra-quilos, em um livro que possui 387 páginas. (CASCUDO, 1955, p. 181-182) Tal posicionamento frente aos movimentos populares, desqualificando-os e retirando-lhes seus significados políticos, parece querer reforçar a ideia – há muito cambaleante – de que a população não passava de uma massa desvairada, que agia irracionalmente, de modo espasmódico, não tendo qualquer tipo de lógica definida em seu agir.

Desta maneira, podemos afirmar que nos estudos dedicados à história do Rio Grande do Norte no século XIX, ainda há muito que ser explorado com relação ao tema da luta dos homens pobres livres pela manutenção e ampliação do que consideram legítimo. Nessa linha de investigação, uma das precursoras foi Maria Regina Mattos, que em sua dissertação **Vila do Príncipe (1850-1890) – Sertão do Seridó: um estudo de caso de pobreza** (1985) estudou o sertão “nordestino” na segunda metade do século XIX, de maneira a refletir sobre os elementos que contribuíram para a pauperização da região seridoense do Rio Grande do Norte. Para tanto, Mattos desnaturaliza a questão da seca, rejeitando as explicações dos discursos oficiais, contidas nos relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, que insistiam em apontar o clima como o grande inimigo da economia e da sociedade sertaneja. A autora envereda por uma lógica explicativa que coloca os aspectos geográficos em segundo plano e privilegia os fatores econômicos, sociais e políticos como agentes que até hoje influenciam e promovem o desenvolvimento dependente da região, mantendo a situação de pobreza e atraso, se comparada a outras regiões do Brasil.<sup>13</sup>

Seu objeto de estudo eram os homens pobres livres nas lavouras de subsistência do Seridó<sup>14</sup> e suas vinculações com o mercado interno, levando em consideração os escravos enquanto sujeitos ativos do processo histórico, quando antes apareciam apenas citados em

<sup>12</sup> Ver LYRA, Augusto Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Nordeste Editora Gráfica, 1998.

<sup>13</sup> Segundo Janaína Amado, em **Região, Sertão, Nação** (1995) o termo *sertão* foi utilizado no século XIX com o sentido de oposição ao litoral, este um espaço ocupado, um espaço conhecido, delimitado, “um espaço de cristandade, da cultura e da civilização”. Assim, o sertão, referira-se aos espaços interiores, distantes do litoral, “mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta”. (AMADO, 1995, p. 148-149).

<sup>14</sup> Seridó é uma macrorregião do Rio Grande do Norte, que compreende atualmente aos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipeitira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas. Esta região é caracterizada pela vegetação seca e pelo clima semiárido. Ver ABRANTES, Paulo César Medrado. **Avaliação do desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do Rio Seridó em face das políticas públicas e da gestão de recursos hídricos**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

termos quantitativos. A autora acredita que a experiência do trabalho compulsório contribuiu para a formação de novas formas de trabalho livre, tanto pela tentativa do senhor de terras em conservar antigas formas de poder baseadas no trabalho servil e de dependência econômica do homem pobre livre, quanto pela luta deste homem contra tal dominação na tentativa de se distanciar de um tratamento semelhante do destinado aos cativos, no sentido de conservar sua liberdade.

Podemos afirmar que o trabalho de Maria Regina Mattos foi pioneiro nos estudos sobre os homens pobres livres no Rio Grande do Norte. A autora estivera inserida em um ambiente acadêmico de discussões em torno das principais universidades do país, que se propunham a refletir acerca da importância dos(as) escravos(as), libertos(as), indígenas e homens e mulheres pobres livres para a construção da história brasileira, durante a década de 1980.<sup>15</sup>

Dentre os trabalhos mais recentes acerca do Quebra-quilos encontra-se o trabalho do historiador Luciano Mendonça de Lima, que defende que os homens pobres livres envolvidos nas manifestações do Quebra-quilos estariam reagindo “contra um surto de modernização”, o qual se expressava como “um conjunto de medidas de caráter racionalizador”<sup>16</sup>. Este conjunto de medidas ameaçava “aspectos significativos da vida cotidiana das populações pobres do campo e da cidade”. Desta maneira, deve-se compreender que a ação coletiva dos sediciosos não era apenas um mero movimento contra a fome ou miséria. (LIMA, 2001, p. 469)

A obra de Maria Verônica Secreto, **(Des)medidos: a revolta do Quebra-quilos (1874-1876)** (2011), destaca-se por sua abordagem problematizada, questionando as fontes oficiais, atenta à natureza de suas fontes e do lugar privilegiado de seus interlocutores, evita a repetição de certos modelos explicativos – assim como fizeram alguns autores citados neste projeto que simplesmente se reservaram a repetir narrativas –, produzindo “uma história vista de baixo”<sup>17</sup>. Embora Secreto tenha dedicado algumas páginas sobre o Quebra-quilos no Rio Grande do Norte, não limitando-se ao ocorrido na vila do Príncipe, podemos dizer que o estudo de tal movimento ainda carece de estudos, sendo de fundamental importância uma longa investigação sobre o citado objeto. (SECRETO, 2011, p. 51)

Diante disso, concordamos com Rosenilson da Silva, quando este questiona autores que consideram “que as pessoas envolvidas em tais Quebra-quilos eram ignorantes e que, por isso, se opunham às inovações científicas”. De acordo com o autor, o ato de inutilizar os novos instrumentos utilizados para medir e pesar – jogadas poço adentro – era um ato antes de tudo simbólico, que reafirmava o desejo da população em continuar utilizando as antigas

---

<sup>15</sup> Para um balanço da emergência dos subalternos como sujeitos históricos na historiografia brasileira, sobretudo nos anos 1980, ver: GOMES, Ângela de Castro. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186; e CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009.

<sup>16</sup> Diante das propostas criadas pelo governo imperial, podemos afirmar que grande parte delas propuseram, direta ou indiretamente, mudanças nas antigas práticas consagradas pela população, em nome da consolidação de uma maior governabilidade, calcada no uso da razão, sustentada por números e gráficos, justificadas pela ciência. No entanto, não devemos deixar de refletir sobre as especificidades inerentes ao projeto colocado em curso pelo Estado, como também na aversão a tais alterações. A resistência à adoção do sistema francês era sim um posicionamento contra a arbitrariedade do Estado Imperial, no sentido de se preservar ao máximo as formas de viver daquela parcela da sociedade, mesmo que para isso fosse preciso insubordinar-se. De acordo com Rafael de Oliveira Vaz, em seu trabalho **Antecedentes do Sistema Métrico Decimal no Brasil** (2012), esta não seria uma tarefa fácil, cabendo ao governo se valer de medidas que propusessem a “transformação dos hábitos [de maneira] gradual e planejada nos ramos do serviço público, começando pelas alfândegas e chegando às obras e escolas públicas, passando pelas oficinas e arsenais”. (VAZ, 2012, p.7)

<sup>17</sup> Para Maria Clementina Pereira Cunha, em **Carnavais e outras f(r)estas** (2002), a principal característica da História Social do Trabalho é debruçar-se sobre as relações conflituosas entre os “de baixo” e os “de cima”, além de buscar diferenças entre os atores de diferentes segmentos sociais, aos quais não se pode – a não ser arbitrariamente – atribuir homogeneidade. (CUNHA, 2002, p. 13)

referências de medição e pesagem, estas tradicionalmente usadas nas feiras e comércio populares. (SANTOS, 2014, p. 6)

Atentos a esta discussão, historiadores como Luciano Mendonça, Rosenilson da Silva e Maria Verônica Secreto puderam refletir acerca do movimento Quebra-quilos de modo a visualizar os agentes das ações como sujeitos históricos, dotados de uma lógica em seu agir, e não como indivíduos movidos unicamente pela fome ou por uma suposta irracionalidade, mas de pessoas que lutavam em defesa de seus direitos costumeiros, mostrando-se conservadores quanto às tradições. Desta maneira, concordamos com Verônica Secreto que as reações contra as medidas adotadas pelo Estado devem ser entendidas em um contexto amplo, mas também reconhecendo, por outro lado, as especificidades de cada caso.

Dito isto, nossa pesquisa se destaca tão somente por inserir o Rio Grande do Norte no debate acerca do Quebra-quilos e, por conseguinte, nas relações do mundo do trabalho na década de 1870, mas também por problematizar as particularidades do referido movimento no RN, que, diferente de outras províncias, caracterizou-se, como podemos perceber a partir da leitura do processo crime da cidade do Príncipe<sup>18</sup>, pela participação de pessoas que desempenhavam diferentes tipos de ofício (pedreiros, sapateiros, ferreiros, criadores e agricultores). Este fator nos leva a crer que detinham interesses diversos e atribuíam significados variados as revoltas, elementos relevantes e que nos permitirão avaliar os diferentes critérios dos sediciosos para a escolha dos alvos, levando-se em conta os abusos cometidos pelos “fiscais do peso”, a obrigatoriedade da substituição dos instrumentos de pesar e medir, assim como do acatamento ou não dos proprietários de casas comerciais na adoção dos instrumentos fiscalizados pelos funcionários designados pela municipalidade.

Outro aspecto a ser considerado, particularmente relevante nos motins ocorridos no RN, são os conflitos em torno do recrutamento forçado. A confluência desses dois movimentos (tanto aqueles que eram contrários aos novos pesos e medidas quanto os opositores da lei de recrutamento obrigatório) é outro problema que nos interessa investigar, tendo em vista também o reduzido número dos destacamentos na referida província, designadas para conter os motins em diferentes localidades, o que tornava a missão dessa força policial ineficiente, haja vista as distâncias espaciais entre tais vilas e povoações que dificultava a ação e deslocamento daqueles que eram incumbidos de zelar pela “ordem pública”, sendo o pequeno destacamento e o fator geográfico elementos favoráveis à formação das solidariedades horizontais da população.

Por fim, devemos apontar e averiguar as formas com que as autoridades provinciais e locais lidaram com os acusados de participarem dos motins do Quebra-quilos no Rio Grande do Norte, que, como avaliado por Rosenilson Santos, tiveram julgamento e punição no processo-crime ocorrido na cidade do Príncipe, que não seguiram um padrão, o que deve ser comparado a outras localidades dentro e fora província em que ocorreram as revoltas e os respectivos julgamentos. (SANTOS, 2014, p. 7-8)

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A etapa inicial do trabalho não nos permite construirmos conclusões acabadas ou bem definidas, por isso reservamo-nos neste momento a tecer algumas considerações para tentar melhor delinear nosso objeto. Primeiramente, acreditamos que será preciso refletir sobre o quebra-quilos dentro de uma perspectiva de resistência a uma expansão do capitalismo no mundo dos impérios do século XIX, falo de nações em construção no sul global, como por exemplo o Brasil.

---

<sup>18</sup> LABORDOC/Fundo da Comarca de Caicó/1º Cartório Judiciário/Diversos/Caixa n. 7. Processo Crime Quebra-kilo (quebrakilo), 1875 (Cota antiga).

Sabendo disso, acreditamos ser imprescindível analisar os sentidos conferidos às mudanças introduzidas pelo Estado Imperial por meio da adoção do sistema métrico decimal francês, bem como pela instituição dos censos, da modificação das leis de coerção ao trabalho, recrutamento e combate à vadiagem na província do Rio Grande do Norte, ao tempo que identificamos os diferentes sujeitos – trata-se de uma massa subalterna, no sentido mais amplo da palavra –, interesses e significados relacionados aos movimentos do Quebra-quilos na província do Rio Grande do Norte, de modo que sejam problematizados quais os critérios utilizados para escolha dos alvos, levando-se em conta as especificidades de cada um desses espaços.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco)**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BOTELHO, Tarcísio R. Censos e a construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo social – Revista de sociologia da USP**, v. 17, n.1, 2005.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1955.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A construção Nacional: 1830-1889**. In: População e Sociedade. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre, 2012.

\_\_\_\_\_. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, v.14, n.26, 2009.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas. São Paulo: Editora da UNICAMP, Cecult, 2002.

DANTAS, Monica Duarte ; LIMA, L. M. . Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Monica Duarte. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 1ed.São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, p. 449-483.

DIAS, José Luciano de Mattos. **Medida, normalização e qualidade**: aspectos da história da metrologia no Brasil. Rio de Janeiro: Ilustrações, 1998.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas da escravidão ao trabalho livre**: A Lei de Locação de Serviços de 1879. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP -, 1986.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2001.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1921.

MARIZ, M. S. E. SUASSUNA, L. E. B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Huicitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Norte Agrário e Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro/ Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984.

MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. **Estudos históricos**, nº24, 1999.

MILLET, August. **Os Quebra-kilos e a crise da lavoura**. Vol. 5 de Coleção Resgate. 2º ed. Global, 1987.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2 ed. rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das sobras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998.

POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

SANTOS, Rosenilson da Silva. **A cidade do Príncipe contra as medidas do imperador: o Quebra-quilos no sertão da província do Rio Grande do Norte**. IN: Bruno Balbino; Saul Estevam. (org.). *História do Rio Grande do Norte - Novos Temas*. 1ed.Natal: EDUFRN, 2014, v. 1, p. 8-196.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997;

SECRETO, María Verónica. **(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SOUZA, Williams Andrade de. **Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930**. Aracaju: Funcaju, 2000.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. In: Patrícios e Plebeus. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

VAZ, R.O. . Antecedentes do Sistema Métrico Decimal no Brasil: O Artigo 'Memória sobre a Adopção do Systema Métrico Decimal no Brazil e de uma Circulação Monetária Internacional' (1859), de Cândido Batista de Oliveira. In: **Scientiarum Historia V**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.